



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC/SR/PF/RS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08430.012458/2020-13

DO OBJETO

1 - Aquisição de sistema de automação para equipamentos de climatização contendo 01 equipamento controlador, cujo modelo de referência é o aparelho Conflex Light GSM da AGST, 02 módulos de interface IrCom, compatíveis com o controlador, 01 sonda de temperatura ambiente, cujo modelo de referência é o dispositivo NTC10 da AGST, 01 fonte de alimentação de capacidade de corrente de 2A, cujo modelo de referência é a Fonte Flex 2A da AGST, incluindo serviço completo de instalação e configuração completas para dois aparelhos de condicionamento de ar e garantia de doze meses a contar da data do início da operação do sistema, (equipamentos similares somente serão aceitos caso possuam especificação e parâmetros de qualidade iguais ou superiores aos dos modelos de referência apresentados), incluindo acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (*)
1	Sistema de automação para equipamentos de climatização, incluindo garantia e serviço completo de instalação e configuração, com especificação e parâmetros de qualidade iguais ou superiores aos dos modelos de referência apresentados.	-	UNIDADE	1	RS 11.561,00

(*) Para a definição do valor unitário máximo aceitável foi realizada uma média dos valores encontrados na pesquisa de mercado realizada, vide Mapa comparativo de preços, documento SEI nº 17093790.

2 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4 - Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1 - A contratação tem por objetivo:

- automatizar o sistema de climatização do centro de processamento de dados do grupo de perícias de informática forense do Setor Técnico-Científico da Polícia Federal no RS;
- garantir o revezamento da operação de dois equipamentos de condicionamento de ar, para que nenhum deles necessite ser operado continuamente por longos períodos, o que deverá estender a vida útil nominal dos aparelhos e facilitar a realização de procedimentos de manutenção preventiva a serem realizados;
- viabilizar a uniformização da temperatura no interior do centro de processamento de dados em um valor predefinido, garantindo a operação dos equipamentos de hardware em condições ambientais seguras, evitando desligamentos por excesso de temperatura e aumento da vida útil;
- permitir o monitoramento remoto das condições operacionais do centro de processamento de dados por meio de webserver, viabilizando o acionamento imediato da equipe de plantão para a tomada de ações urgentes;
- permitir o envio automático de mensagens SMS e de e-mail caso as condições operacionais deixem de ser as ideais;
- permitir o monitoramento contínuo das condições operacionais em supervisores SNMP e Modbus;
- permitir a interligação bidirecional com equipamentos de alarme externos.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

1 - Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

1 - O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, **somente após agendamento prévio com Setor Técnico-Científico da Polícia Federal no RS**, no seguinte endereço: Avenida Ipiranga, nº 1365, Porto Alegre/RS – CEP 90.160-093, com horário de entrega previamente agendado pelo telefone (51) 3235.9066 ou pelo e-mail setec.srrs@dpf.gov.br, em dias úteis, das 09h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00.

2 - Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 dias após a finalização dos serviços de instalação e configuração e do início da operação, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de

Referência e na proposta.

3 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1 - São obrigações da Contratante:

1.1 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos

1.2 - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

1.3 - comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

1.4 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

1.5 - efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

1.1.1 - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

1.2 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.3 - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

1.4 - comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.5 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.6 - indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

DA SUBCONTRATAÇÃO

1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE DA EXECUÇÃO

1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

1.1 - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 1.3 - fraudar na execução do contrato;
 - 1.4 - comportar-se de modo inidôneo;
 - 1.5 - cometer fraude fiscal;
 - 1.6 - não manter a proposta.
- 2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 3 - multa moratória de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
 - 3.1 - multa compensatória de até 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 3.2 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 3.3 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 3.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
 - 4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 4.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 4.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
 - 6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO DIAS CUNHA, Perito(a) Criminal Federal**, em 15/12/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17093826** e o código CRC **8D37298D**.